



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

O poder nuclear e a civilização

Considerando que nosso futuro será, em grande parte, determinado por nossa atitude perante a questão nuclear, é bom nos perguntarmos como chegamos até aqui, com o poder de destruir a civilização. O que isso nos diz sobre quem somos como espécie?

Nossa aniquilação é inevitável ou será que seremos capazes de garantir nossa sobrevivência mesmo tendo em mãos armas de destruição em massa? Infelizmente, armas nucleares são monstros que jamais desaparecerão. Nenhuma descoberta científica “desaparece”. Uma vez revelada, permanece viva, mesmo se condenada como imoral por uma maioria. O pacto que acabamos por realizar com o poder tem um preço muito alto. É irreversível. Não podemos mais contemplar um mundo sem armas nucleares. Sendo assim, será que podemos contemplar um mundo com um futuro?

O medo e a ganância – uma combinação letal – trouxeram-nos até aqui. Por milhares de anos, cientistas e engenheiros serviram o Estado em troca de dinheiro e proteção. Cercamo-nos de inimigos reais ou virtuais e precisamos proteger nosso país e nossos lares a qualquer preço. O patriotismo é o maior responsável pela guerra. Não é à toa que Einstein queria ver as fronteiras abolidas.

Olhamos para o Brasil, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia, onde fronteiras são cada vez mais invisíveis, e temos evidência empírica de que a união de Estados sem fronteiras leva à estabilidade e à sobrevivência. A menos que as coisas mudem profundamente, é difícil ver essa estabilidade ameaçada. Será, então, que a solução – admito, extremamente remota – é um mundo sem fronteiras, uma sociedade de fato globalizada e economicamente integrada? Ou será que existe outro modo de garantir nossa sobrevivência a longo prazo com mísseis e armas nucleares apontando uns para os outros, prontos a serem detonados? O que você diz?

(Adaptado de Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 18/04/2010)

1. Entre as razões que podem sustentar uma posição pessimista, no que toca ao futuro de uma civilização com o poder de se destruir, estão
 - (A) a globalização político-econômica e o aferrado sentimento patriótico.
 - (B) a inevitabilidade de uma detonação nuclear e o protecionismo econômico.
 - (C) a permanência inexorável das armas nucleares e a exacerbação do patriotismo.
 - (D) a desintegração econômica dos Estados e o desejo de se abolirem as fronteiras.
 - (E) o pacto com o poder a qualquer preço e a iminência de uma globalização econômica.
2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Diante da questão das fronteiras entre os Estados, a posição do autor do texto e a de Einstein, uma vez confrontadas, acusam uma séria divergência.
 - II. A indagação anterior a *O que você diz?* é um exemplo de pergunta retórica.
 - III. O autor não isenta cientistas e engenheiros da responsabilidade pelas consequências do emprego do poder nuclear, mas não os vincula às razões de Estado.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Ao considerar que *Nenhuma descoberta científica “desaparece”*, o autor sugere que
 - (A) as evidências do progresso da ciência são tantas que não temos razões para colocá-lo em questão.
 - (B) nada se extingue no campo da ciência porque tudo obedece ao princípio básico da transformação.
 - (C) os cientistas têm razões éticas para alterar o rumo de descobertas que lhes pareçam nocivas.
 - (D) a ciência implica acumulação e preservação, e não o descarte das suas descobertas.
 - (E) a ciência, em seu processo de desenvolvimento, é imune à ingerência do poder político.



4. *Nossa aniquilação é inevitável ou será que seremos capazes de garantir nossa sobrevivência mesmo tendo em mãos armas de destruição em massa?*

Na frase acima,

- (A) **mesmo as tendo em mãos** é correta alternativa de construção, com emprego pronominal.
- (B) o termo *ou* expressa uma alternância repetitiva.
- (C) o segmento *mesmo tendo* pode ser corretamente substituído por **desde que tenhamos**.
- (D) **ou será que a seremos capazes de garantir** é correta alternativa de construção, com emprego pronominal.
- (E) o segmento *Nossa aniquilação é inevitável* pode ser substituído pelo equivalente **nossa conflagração é irreduzível**.

5. Está adequada a concordância verbal nesta construção:

- (A) nem negligência, nem incúria: a combinação letal do medo e da ganância trouxeram-nos até aqui.
- (B) dizem muito, sobre nós e nossa espécie, o que nos fez chegar até aqui?
- (C) diante do inimigo, real ou virtual, lançam-se mão dos recursos nucleares.
- (D) são cada vez mais difíceis considerar como permanentes as fronteiras entre os Estados.
- (E) repousa nas providências que levem a Estados sem fronteiras a expectativa de que sobrevivamos.

6. Está INADEQUADA a correlação entre os tempos e modos verbais nesta reconstrução de uma frase do texto:

- (A) Cercar-nos-íamos de inimigos reais ou virtuais e precisaríamos proteger nosso país.
- (B) O pacto que acabássemos por realizar com o poder teria um preço muito alto.
- (C) A menos que as coisas venham a mudar profundamente, será difícil ver essa estabilidade ameaçada.
- (D) Tivesse sido assim, será que possamos contemplar um mundo com futuro?
- (E) Teria sido bom se nos houvéssimos perguntado como chegamos até aqui.

7. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Não adiantam nem o otimismo nem o pessimismo: o que urge é tomarmos providências no sentido de se dirimir nossa divisão em países com fronteiras.
- (B) Uma das denúncias do texto constitui de fato um alerta: que não se tome como reversível qualquer conquista a que a ciência chegue a alcançar.
- (C) Para Albert Einstein, uma medida radical e responsável para se evitar a calamidade de uma guerra nuclear seria, pura e simplesmente, a abolição das fronteiras.
- (D) Conquanto não tenham em vista essa mesma finalidade, muitos cientistas e engenheiros acabam servindo aos artifícios excusos de quem lucra com a ganância.
- (E) Quanto mais os estados consigam se unir a despeito das fronteiras, assim também haverá a evidência empírica de que sejam levados à estabilidade e à sobrevivência.

8. Indica-se uma construção com sentido equivalente ao de um segmento do texto em:

- (A) *Não é à toa que Einstein queria ver as fronteiras abolidas // Com toda a razão, Einstein desejava ver abolidas as fronteiras.*
- (B) *Será, então, que a solução – admito, extremamente remota – é um mundo sem fronteiras (...) ? // A solução, pois, advirá – digamos que a longo prazo – de um mundo não demarcado?*
- (C) *O medo e a ganância – uma combinação letal – trouxeram-nos até aqui // Por uma combinação mortal, aportamos no medo e na ganância.*
- (D) *Uma vez revelada, permanece viva, mesmo se condenada como imoral por uma maioria // Conquanto revelada, resta viva, embora acusada de imoral pela maioria.*
- (E) *O pacto que acabamos por realizar com o poder tem um preço muito alto // O que já terminamos de pactuar com o poder tem custo muito alto.*

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Pensando os clássicos

Os pensadores da antiguidade clássica deixaram-nos um tesouro nem sempre avaliado em sua justa riqueza. O filósofo Sêneca, por exemplo, mestre da corrente estoica, legou-nos uma série preciosa de reflexões sobre a tranquilidade da alma – este é o título da tradução para o português. É ler o livrinho com calma e aprender muito. Reproduzo aqui três fragmentos, para incitar o leitor a ir atrás de todo o restante.

- I. *Quem temer a morte nunca fará nada em prol dos vivos; mas aquele que tomar consciência de que sua sorte foi estabelecida já na sua concepção viverá de acordo com a natureza, e saberá que nada do que lhe suceda seja imprevisto. Pois, prevendo tudo quanto possa de fato vir a suceder, atenuará o impacto de todos males, que são fardos somente para os que se creem seguros e vivem na expectativa da felicidade absoluta.*
- II. *Algumas pessoas vagam sem propósito, buscando não as ocupações a que se propuseram, mas entregando-se àquelas com que deparam ao acaso. A caminhada lhes é irrefletida e vã, como a das formigas que trepam nas árvores e, depois de subir ao mais alto topo, descem vazias à terra.*
- III. *Nossos desejos não devem ser levados muito longe; permitamos-lhes apenas sair para as proximidades, porque não podem ser totalmente reprimidos. Abandonando aquilo que não pode acontecer ou dificilmente pode, sigamos as coisas próximas que favorecem nossa esperança (...). E não invejemos os que estão mais alto: o que parece altura é precipício.*

São princípios do estoicismo: aprender a viver sabendo da morte; não se curvar ao acaso, mas definir objetivos; viver com a consciência dos próprios limites. Nenhum deles é fácil de seguir, nem Sêneca jamais acreditou que seja fácil viver. Mas a sabedoria dos estoicos, que sabem valorizar o que muitos só sabem temer, continua viva, dois mil anos depois.

(Belarmino Serra, inédito)



9. No primeiro e no último parágrafos, o autor do texto busca, respectivamente,
- (A) particularizar a contribuição de Sêneca e resumir teses de outros filósofos da mesma época.
 - (B) apresentar linhas gerais do pensamento estoico e resumir três teses de Sêneca.
 - (C) valorizar a atualidade da filosofia estoica e ressaltar os aspectos místicos dessa doutrina.
 - (D) destacar a contribuição do pensamento de Sêneca e enunciar alguns fundamentos estoicos.
 - (E) contextualizar os filósofos estoicos e repropor teses que derivam dessa filosofia.
-
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No fragmento I, Sêneca vê como injustificável e inconsequente nosso medo de morrer, pois isso nos leva a não confiar nas surpresas positivas da vida.
 - II. No fragmento II, Sêneca vale-se do exemplo das formigas para ilustrar o malogrado esforço de quem busca reconhecimento para suas virtudes.
 - III. No fragmento III, Sêneca lembra que a esperança humana deve estar associada a desejos que não extrapolem nossas possibilidades.
- Está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *avaliado em sua justa riqueza* = examinado judiciosamente.
 - (B) *sua sorte foi estabelecida já na sua concepção* = desde o início seu destino foi malogrado.
 - (C) *A caminhada lhes é irrefletida* = o caminho parece-lhes sem sentido.
 - (D) *não podem ser totalmente reprimidos* = não são passíveis de absoluta prevenção.
 - (E) *que favorecem nossa esperança* = que permitem sermos esperançosos.
12. As normas de concordância verbal estão plenamente acatadas na frase:
- (A) Não devem os leitores de hoje imaginar que cabiam aos filósofos antigos preocupar-se com questões que já não fazem sentido.
 - (B) Leitores de hoje, não devemos imaginar que a um filósofo clássico ocorressem tão somente questões específicas de sua época histórica.
 - (C) Nenhum de nossos desejos, de acordo com Sêneca, deveriam transpor nossos limites, fronteiras que se deve sempre determinar.
 - (D) A cada um dos princípios do estoicismo devem corresponder, como se postulavam entre os estoicos, lúcida e consequente iniciativa nossa.
 - (E) Àqueles que não temem refletir sobre a morte reserva-se as recompensas de uma vida mais lúcida e mais intensa.
-
13. A construção que NÃO admite transposição para voz passiva é:
- (A) *os que vivem na expectativa da felicidade absoluta.*
 - (B) *Os pensadores da antiguidade clássica deixaram-nos um tesouro.*
 - (C) *sigamos as coisas próximas*
 - (D) *E não invejemos os que estão mais alto*
 - (E) *favorecem nossa esperança.*
-
14. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O pensamento clássico encerra uma riqueza em cujo valor poucos prestam o devido reconhecimento.
 - (B) A morte, cujos o temor nos faz querer esquecer dela, é uma questão permanente da filosofia estoica.
 - (C) Quase nunca atentamos para os limites a que devemos impor aos nossos desejos.
 - (D) Nossas esperanças não devem projetar-se para além do espaço cujos domínio estamos assegurados.
 - (E) Quem vagueia sem propósito pela vida fere um dos princípios de que os estoicos jamais descumam.



15. É preciso CORRIGIR, por falha estrutural, a redação da frase:
- (A) Não empreendamos caminhadas sem primeiro definir o trajeto a seguir, o esforço a despender, os objetivos a alcançar.
 - (B) Temerárias são as jornadas que mal definimos seus objetivos, assim como não avaliamos o esforço cujo trajeto nos exigirá.
 - (C) Quando não definimos o trajeto a cumprir e o esforço a despender em nossa caminhada, ela não nos trará qualquer recompensa.
 - (D) Dificilmente algum objetivo será alcançado numa caminhada para a qual não previmos um roteiro a ser seguido com segurança.
 - (E) Nenhum benefício poderemos colher de uma viagem para a qual não nos preparamos com um mínimo de cuidados e de antecedência.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. A tabela abaixo apresenta as frequências das pessoas que participaram de um programa de recuperação de pacientes, realizado ao longo de cinco dias sucessivos.

	1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia
Quantidade de pessoas presentes	79	72	75	64	70

Considerando que cada um dos participantes faltou ao programa em exatamente 2 dias, então, relativamente ao total de participantes, a porcentagem de pessoas que faltaram no terceiro dia foi

- (A) 40%.
 - (B) 38,25%.
 - (C) 37,5%.
 - (D) 35,25%.
 - (E) 32,5%.
17. Certo dia, Zelda e Gandi, funcionários de certa unidade do Tribunal Regional do Trabalho, receberam alguns processos para emitir pareceres e os dividiram entre si na razão inversa de suas respectivas idades: 28 e 42 anos. Considerando que, na execução dessa tarefa, a capacidade operacional de Gandi foi 80% da de Zelda e que ambos a iniciaram em um mesmo horário, trabalhando ininterruptamente até completá-la, então, se Gandi levou 2 horas e 10 minutos para terminar a sua parte, o tempo que Zelda levou para completar a dela foi de
- (A) 1 hora e 24 minutos.
 - (B) 1 hora e 38 minutos.
 - (C) 1 hora e 52 minutos.
 - (D) 2 horas e 36 minutos.
 - (E) 2 horas e 42 minutos.

18. Para estabelecer uma relação entre os números de funcionários de uma unidade do Tribunal Regional do Trabalho, que participaram de um curso sobre *Controle e Prevenção de Doenças*, foi usada a expressão: $\frac{h}{m} = 3 - \frac{1}{3 - \frac{1}{3 - \frac{1}{3}}}$, em que h e m representam as quantidades de homens e de mulheres, respectivamente. Sabendo que o total de participantes do curso era um número compreendido entre 100 e 200, é correto afirmar que:
- (A) $h + m = 158$
 - (B) $h - m = 68$
 - (C) $70 < h < 100$
 - (D) $50 < m < 70$
 - (E) $m \cdot h < 4\ 000$

19. Considere o conjunto:
- $X = \{\text{trem, subtropical, findar, fim, preguiça, enxoval, chaveiro, ...}\}$, em que todos os elementos têm uma característica comum.
- Das palavras seguintes, a única que poderia pertencer a X é:
- (A) PELICANO.
 - (B) FORMOSURA.
 - (C) SOBRENATURAL.
 - (D) OVO.
 - (E) ARREBOL.

20. Em um ambulatório há um armário fechado com um cadeado cujo segredo é um número composto de 6 dígitos. Necessitando abrir tal armário, um funcionário não conseguia lembrar a sequência de dígitos que o abriria; lembrava apenas que a soma dos dígitos que ocupavam as posições pares era igual à soma dos dígitos nas posições ímpares.
- As alternativas que seguem apresentam sequências de seis dígitos, em cada uma das quais estão faltando dois dígitos. A única dessas sequências que pode ser completada de modo a resultar em um possível segredo para o cadeado é:
- (A) 9 2 _ _ 6 2
 - (B) 7 _ 7 _ 7 1
 - (C) 6 _ 9 0 _ 5
 - (D) 4 8 _ 9 _ 7
 - (E) 2 6 4 _ 8 _

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Compete privativamente à União legislar sobre
- (A) procedimentos em matéria processual.
 - (B) orçamento.
 - (C) produção.
 - (D) desporto.
 - (E) transferência de valores.
22. No tocante à administração pública, é INCORRETO afirmar:
- (A) É lícita a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - (B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (C) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
 - (D) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (E) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
23. Sobre os servidores públicos, é correto afirmar:
- (A) Para a aquisição da estabilidade é facultativa a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - (B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será exonerado em prol do erário público.
 - (C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e não solidário, mediante contribuição do respectivo ente público.
 - (E) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos por portaria do Tribunal Superior do Trabalho.
24. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, declarada guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, a Constituição Federal autoriza a aplicação da pena
- (A) de banimento.
 - (B) de caráter perpétuo.
 - (C) de trabalhos forçados.
 - (D) de morte.
 - (E) cruéis.
25. No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é certo que
- (A) as Constituições estaduais e as leis orgânicas dos Municípios disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por onze Conselheiros.
 - (B) o sindicato também é parte legítima, na forma da lei, para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
 - (C) compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Executivo e ao juiz competente.
 - (D) as decisões dos Tribunais de Contas que resultem em imputação de débito ou multa, não têm eficácia de título executivo por ser prerrogativa do Poder Judiciário.
 - (E) o Tribunal de Contas da União encaminhará para a Câmara dos Deputados, semestralmente, o relatório de suas atividades e anualmente ao Ministério Público.
26. A ação declaratória de constitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal, NÃO poderá ser proposta
- (A) pela entidade de classe de âmbito nacional.
 - (B) pela Mesa da Câmara Legislativa.
 - (C) pelo Governador do Distrito Federal.
 - (D) pela confederação sindical.
 - (E) pelo Prefeito Municipal.
27. Considerando o Superior Tribunal de Justiça, é certo que
- (A) julga, em recurso especial, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
 - (B) compõe-se de, no mínimo, vinte e sete Ministros, que serão nomeados pelo Presidente da República.
 - (C) processa e julga, originariamente, o *habeas data* contra ato do Comandante do Exército.
 - (D) tem a iniciativa da ação declaratória de constitucionalidade.
 - (E) funcionará junto a essa Corte o Conselho Nacional de Justiça.
28. Em matéria de funções essenciais à Justiça, analise:
- I. Representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
 - II. Representação judicial das respectivas unidades federadas, salvo o Distrito Federal.
- As referidas representações cabem, respectivamente,
- (A) à Advocacia-Geral da União e ao Ministério Público dos Estados.
 - (B) à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e aos Procuradores dos Estados.
 - (C) ao Ministério Público Federal e aos Procuradores dos Estados.
 - (D) à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e às Defensorias Públicas dos Estados.
 - (E) às Defensorias Públicas da União e aos Advogados credenciados.



Direito Administrativo

29. Analise as seguintes assertivas acerca dos atos administrativos:

- I. A competência administrativa, sendo requisito de ordem pública, é intransferível e improrrogável pela vontade dos interessados. Pode, entretanto, ser delegada e avocada, desde que o permitam as normas reguladoras da Administração.
- II. A forma é o revestimento que exterioriza o ato administrativo e consiste, portanto, em requisito vinculado. Logo, a inexistência da forma, vicia substancialmente o ato, tornando-o passível de nulidade.
- III. Convalidação consiste no suprimento da invalidade de um ato administrativo e pode derivar de ato da Administração ou de ato do particular afetado pelo provimento viciado, sendo que, nesta hipótese, não terá efeitos retroativos.
- IV. Caso a Administração revogue várias autorizações de porte de arma, invocando como motivo o fato de um dos autorizados ter se envolvido em brigas, referida revogação só será válida em relação àquele que perpetrou a situação fática geradora do resultado do ato.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

30. No que concerne ao tema *poder de polícia*, é correto afirmar:

- (A) Na esfera federal, prescreve em dez anos a ação punitiva da Administração, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração (que não constitua crime), contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- (B) Nem sempre o poder de polícia será discricionário, ou seja, em algumas hipóteses, a lei já estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração terá que adotar solução previamente estabelecida, como é o caso da autorização.
- (C) No desempenho do poder de polícia, a Administração Pública não pode determinar medidas sumárias, isto é, sem a oitiva do particular; logo, ainda que se trate de situação de urgência, mister se faz a garantia da plenitude da defesa.
- (D) Polícia administrativa e polícia judiciária não se confundem; a primeira rege-se pelo Direito Administrativo e incide sobre bens, direitos ou atividades; a segunda, pelo Direito Processual Penal, incidindo sobre pessoas.
- (E) Os meios de atuação do poder de polícia compreendem somente duas categorias: atos administrativos preventivos, como, por exemplo, vistoria e fiscalização, e atos administrativos repressivos, como interdição de atividade e apreensão de mercadorias deterioradas.

31. Analise as seguintes assertivas acerca do tema *cargos, empregos e funções públicas*:

- I. As funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou não e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- II. Nas funções exercidas por servidores contratados temporariamente, como ocorre nos casos de contratação por prazo determinado, não se exige, necessariamente, concurso público.
- III. A extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, exige lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- IV. Empregos públicos são núcleos de encargos de trabalho permanentes a serem preenchidos por agentes contratados para desempenhá-los, sob relação trabalhista.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

32. Sobre as licenças previstas na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar:

- (A) O servidor terá direito à licença, sem remuneração, para atividade política, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e à véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- (B) Concluído o serviço militar, o servidor terá até sessenta dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.
- (C) A licença por motivo de afastamento do cônjuge pode ser concedida, no máximo, por dois anos consecutivos.
- (D) Após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
- (E) Não faz jus à licença por motivo de doença em pessoa da família se a doença for do padrasto ou madrasta do servidor.

33. Dentre os critérios a serem observados nos processos administrativos, expressamente previstos na Lei nº 9.784/1999, NÃO se inclui a

- (A) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- (B) vedação ao impulso, de ofício, do processo administrativo.
- (C) indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- (D) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- (E) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.



34. De conformidade com a Lei nº 8.429/1992, receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público caracteriza
- (A) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (B) infração administrativa, mas não ato de improbidade administrativa.
- (C) ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) crime de improbidade administrativa.
- (E) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

35. Sobre as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993, considere:

- I. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar ao contratado, dentre outras penalidades, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- II. A aplicação de multa de mora por atraso injustificado na execução do contrato impede a Administração de rescindir unilateralmente o contrato.
- III. A multa de mora por atraso injustificado na execução do contrato, aplicada após regular processo administrativo, não pode ser descontada da garantia contratual.
- IV. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação de licitação e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública impostas pela inexecução total ou parcial do contrato, podem ser aplicadas juntamente com a multa prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- V. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do gestor do contrato.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) IV e V.

36. Tendo em vista expressa previsão da Lei nº 10.520/2002, é incorreto afirmar que ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quem
- (A) deixar de entregar documentação exigida para o certame.
- (B) não celebrar o contrato, ainda que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
- (C) não apresentar garantia da proposta.
- (D) não manter a proposta.
- (E) ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato.

Noções de Direito do Trabalho

37. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, "não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários". Se o empregado ultrapassar este limite legal, será considerada como extra
- (A) o tempo que exceder a jornada normal, descontada a média excedida entre cinco e dez minutos dentro do mês de pagamento.
- (B) o tempo que exceder a jornada normal, descontados os cinco minutos de tolerância legal.
- (C) o tempo que exceder a jornada normal, descontados os dez minutos de tolerância legal.
- (D) a totalidade do tempo que exceder a jornada normal.
- (E) o tempo que exceder a jornada normal, descontada a média excedida entre cinco e dez minutos no respectivo dia de labor.

38. Considere as seguintes assertivas a respeito da rescisão do contrato de trabalho:

- I. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- II. Considera-se justa causa para rescisão do contrato de trabalho, dentre outras hipóteses, a condenação criminal do empregado, ainda que não transitada em julgado, bem como a negociação habitual por conta própria.
- III. Reduzindo o empregador o trabalho do empregado, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários, pode o obreiro considerar rescindido indiretamente o contrato de trabalho.
- IV. Desobediência a ordens direta do empregador que digam respeito a atribuições do cargo do empregado, constitui, especificamente, ato de indisciplina, justificando a resolução do contrato de trabalho por justa causa obreira.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.



<p>39. De acordo com o artigo 10 da Consolidação das Leis do Trabalho, "qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados". Entende-se por direito adquirido aquele que</p> <p>(A) o beneficiário ainda não reuniu todas as condições para adquirir o direito, mas faz parte do seu patrimônio econômico, aguardando a implementação apenas de uma determinada condição econômica.</p> <p>(B) entrou no patrimônio econômico de uma pessoa, por ter implementado todos os requisitos para este fim, podendo ser exercido a qualquer momento.</p> <p>(C) entrou no patrimônio econômico de uma pessoa, por ter implementado todos os requisitos para este fim, mas não pode ser exercido no momento da demissão.</p> <p>(D) o beneficiário ainda não reuniu todas as condições para adquirir o direito, mas faz parte do seu patrimônio jurídico, aguardando a implementação apenas de uma determinada condição legal.</p> <p>(E) entrou no patrimônio jurídico de uma pessoa, por ter implementado todos os requisitos para este fim, podendo ser exercido a qualquer momento.</p>	<p>42. A função pela qual o governo divide os recursos para utilização no setor público e privado, oferecendo bens públicos, semipúblicos ou meritórios aos cidadãos, é denominada</p> <p>(A) participativa.</p> <p>(B) distributiva.</p> <p>(C) estabilizadora.</p> <p>(D) de império.</p> <p>(E) alocativa.</p>
<p>40. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com relação à remuneração e ao abono de férias, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na remuneração das férias, quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.</p> <p>(B) O abono de férias deverá ser requerido até trinta dias antes do término do período aquisitivo.</p> <p>(C) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até cinco dias antes do início do respectivo período.</p> <p>(D) Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos três meses que precederem a concessão das férias.</p> <p>(E) Os adicionais por trabalho noturno, insalubre ou perigoso não serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias por expressa disposição legal.</p>	<p>43. Sobre as características da administração pública gerencial considere:</p> <p>I. No plano da estrutura organizacional tornam-se essenciais a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos.</p> <p>II. Tem como princípios orientadores do seu desenvolvimento o poder racional-legal.</p> <p>III. O cidadão é visto como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços.</p> <p>IV. Sua estratégia volta-se para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade.</p> <p>V. Os cargos são considerados prebendas.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e V.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e V.</p>
<p align="center">Noções de Administração Pública, de Contabilidade Pública, de Orçamento Público e de Administração de Recursos Humanos</p> <p>41. A forma de organização que tem como fundamento a repartição de funções entre os vários órgãos de uma mesma administração, em geral no âmbito geográfico, para que o serviço esteja próximo ao cidadão, cabendo ao órgão central o planejamento, a supervisão direta, o controle das atividades, e a definição de normas e critérios operacionais, é denominada</p> <p>(A) descentralização administrativa.</p> <p>(B) desconcentração administrativa.</p> <p>(C) desconcentração matricial por programas.</p> <p>(D) descentralização funcional por serviços.</p> <p>(E) desconcentração por concessão administrativa.</p>	<p>44. Na Administração Pública, no que se refere à gestão de contratos, considere:</p> <p>I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do contratado especialmente designado pela Administração, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo.</p> <p>II. A duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo exceções contidas no PPA – Plano Plurianual, serviços executados de forma contínua e aluguel de equipamentos.</p> <p>III. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento.</p> <p>IV. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, excetuando-se os defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.</p> <p>V. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidade cujos preços estejam compreendidos nos limites dessas duas modalidades de licitação.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II, III e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) IV e V.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>



45. O período durante o qual se exercem todas as atividades administrativas e financeiras relativas à execução do orçamento é denominado
- (A) exercício orçamentário.
(B) período financeiro.
(C) exercício financeiro.
(D) exercício da escrituração contábil.
(E) execução contábil-orçamentária.
46. Na contabilidade pública, o reconhecimento da receita no período em que é arrecadada e o pagamento da despesa, nesse mesmo período, é denominado regime
- (A) de competência.
(B) de caixa.
(C) orçamentário.
(D) de ajuste contábil.
(E) de resto a pagar.
47. Restos a Pagar de despesas não processadas são aqueles cujo empenho
- (A) não foi emitido e o objeto adquirido foi entregue.
(B) foi emitido e o objeto adquirido foi entregue.
(C) não foi emitido e o objeto adquirido não foi entregue.
(D) foi emitido e o objeto adquirido não foi entregue.
(E) foi parcialmente emitido e o objeto adquirido foi entregue.
48. As alterações nos valores dos elementos do patrimônio público que aumentam a situação patrimonial, advindas de aquisições, valorização de bens, amortização de dívida, superveniências ativas ou insubsistências passivas são denominadas
- (A) variações ativas.
(B) variações passivas.
(C) bens e direitos.
(D) incorporações passivas.
(E) alienações ativas.
49. As obrigações que dependem da autorização orçamentária para serem pagas são denominadas passivo
- (A) compensado.
(B) financeiro.
(C) real.
(D) real financeiro.
(E) não-financeiro.
50. O princípio orçamentário que define que nenhuma parcela da receita de impostos poderá ser posta em reserva para cobrir certos e específicos dispêndios, salvo as exceções previstas em lei, é denominado Princípio da
- (A) Reserva Legal.
(B) Universalidade e Unidade Orçamentária.
(C) Não-afetação e da Quantificação dos Créditos Orçamentários.
(D) Legalidade.
(E) Vinculação dos Créditos Orçamentários.
51. A LOA - Lei Orçamentária Anual compreende os orçamentos
- (A) de metas e riscos fiscais, de investimentos das empresas e da seguridade social.
(B) fiscal, de metas fiscais e de riscos fiscais.
(C) de riscos fiscais, de investimento sociais e de investimentos das empresas.
(D) fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social.
(E) fiscal, de investimentos sociais e da seguridade social.
52. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- I. estabelece os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir a realização das metas e objetivos contemplados no PPA – Plano Plurianual.
- II. norteia apenas a elaboração do orçamento fiscal e do orçamento de investimento das empresas.
- III. compreende as metas e prioridades da administração pública e dispõe sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.
- IV. tem como parte integrante as metas fiscais que estabelecem as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativos a receitas e despesas para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- V. contém o anexo de riscos fiscais, que avalia os ativos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) II e V.
(B) I, III e IV.
(C) I, II e III.
(D) IV e V.
(E) III, IV e V.



<p>53. Tratando-se da Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são denominados</p> <p>(A) especiais.</p> <p>(B) suplementares.</p> <p>(C) extraordinários.</p> <p>(D) contingenciais.</p> <p>(E) restritos.</p>	<p>58. A análise estratégica da organização envolve</p> <p>I. a análise do ambiente externo, que amplia a sensibilidade do conjunto de pessoas, tornando-as aptas a implementar estratégias antecipatórias alinhadas com as principais tendências e demandas.</p> <p>II. a análise do ambiente externo, que possibilita a alavancagem de oportunidades, pontos fortes e fracos e a prevenção contra as ameaças emergentes.</p> <p>III. a análise do ambiente interno, baseado na avaliação do desempenho da organização frente à sua missão e objetivos, forças e fraquezas, políticas governamentais e concorrência.</p> <p>IV. a análise das características internas da organização, identificando e hierarquizando os seus pontos fortes e fracos.</p> <p>V. a análise do ambiente interno segundo uma avaliação de caráter organizacional, baseando-se nos conceitos de desempenho da instituição em relação ao cumprimento da missão, efetividade, eficácia, eficiência e humanização.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e V.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I, IV e V.</p>
<p>54. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que, para os Estados e Municípios, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida em</p> <p>(A) 75%.</p> <p>(B) 50%.</p> <p>(C) 60%.</p> <p>(D) 60% e 50%, respectivamente.</p> <p>(E) 75% e 45%, respectivamente.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões 59 e 60 referem-se ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.</p> <p>59. O indicador de desempenho que afere os impactos gerados pelos produtos e serviços, processos ou projetos de um determinado sistema (organização, programa, política pública, rede) no beneficiário final, é denominado indicador de</p> <p>(A) efetividade.</p> <p>(B) eficiência.</p> <p>(C) eficácia.</p> <p>(D) economicidade.</p> <p>(E) excelência.</p>
<p>55. Na gestão estratégica de pessoas, o conjunto de habilidades e tecnologias que permite a uma empresa oferecer um determinado benefício aos clientes é denominado</p> <p>(A) implementação estratégica.</p> <p>(B) cadeia de valor de competência.</p> <p>(C) competência essencial.</p> <p>(D) políticas de gestão de pessoas e habilidades.</p> <p>(E) arquitetura organizacional.</p>	<p>60. As seis categorias de indicadores de desempenho estão relacionadas a algum dos elementos da cadeia de valor (insumos, processos, produtos e impactos) e dividem-se nas dimensões de</p> <p>(A) execução e excelência.</p> <p>(B) efetividade e esforço.</p> <p>(C) <i>outputs</i> e <i>outcomes</i>.</p> <p>(D) resultado e eficácia.</p> <p>(E) resultado e esforço.</p>
<p>56. O conjunto de percepções, opiniões e sentimentos que se expressam no comportamento de um grupo ou uma organização, em um determinado momento ou situação, é denominado</p> <p>(A) liderança situacional.</p> <p>(B) padrão valorativo.</p> <p>(C) cultura organizacional.</p> <p>(D) clima organizacional.</p> <p>(E) cultura corporativa.</p>	
<p>57. Na mudança organizacional, conforme o modelo de Kurt Lewin, o processo por meio do qual um comportamento recentemente adquirido se integra, como comportamento padronizado, na personalidade do indivíduo e/ou nas suas relações emotivas relevantes, é denominado</p> <p>(A) descongelamento.</p> <p>(B) recongelamento.</p> <p>(C) ação impulsora.</p> <p>(D) mudança restritiva.</p> <p>(E) integração.</p>	

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

1. Conforme Edital nº 01/2010 de Abertura de inscrições, Cap. IX, item 6h, será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que não observar os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

2. Leia com atenção o texto seguinte:

*Muita gente vê como opção compulsória a decisão entre “julgar com a cabeça” e “julgar com o coração”.
Nesses termos, razão e sentimento tornam-se incompatíveis. O homem deveria reconhecer e homenagear sua complexidade, jamais admitindo essa drástica separação, pela qual tanto o sentimento como a razão saem diminuídos.*

3. Levando em conta o que afirma esse texto, redija uma dissertação em que você se posicionará, de modo claro e coerente, diante do seguinte tema:

Quem julga sem equilibrar lucidez e sensibilidade não alcança a justiça.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	